

HABEAS CORPUS Nº 494.209 - CE (2019/0047775-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANA LETICIA LEITE DA SILVA BEZERRA HOLANDA
ADVOGADO : ANA LETÍCIA LEITE DA SILVA BEZERRA - CE022998
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** no HC n. 0620035-26.2019.8.06.0000.

Consta dos autos que o paciente responde pela suposta prática das condutas delitivas previstas nos arts. 304 e 307, ambos do CP e teve sua prisão preventiva pelo Juízo de primeiro grau, em 13/11/2018 (fls. 23-24, grifei):

[...]

A prisão preventiva, como medida cautelar, pode ser decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou na instrução criminal, tendo cabimento quando fiquem demonstrados seus pressupostos e fundamentos, observados os requisitos pertinentes à cada espécie.

Referida medida extrema se caracteriza pela excepcionalidade, devendo ser decretada apenas se presentes os pressupostos (*fumus commissi delicti*) e fundamentos necessários (*periculum libertatis*). **Há a presença dos pressupostos. Existem provas de existência do crime e indícios suficientes de ser o réu o seu autor.**

A custódia preventiva se mostra **necessária para a garantia da ordem pública**, pois se trata de **indivíduo contumaz na prática de crimes considerado graves**, conforme consulta de registros policiais que repousa às fls. 47-49. **De igual modo, a decretação da prisão preventiva também encontra fundamento na garantia da aplicação da lei penal, tendo em vista que o acusado está em local incerto e não sabido.** Nesse sentido:

[...]

A Corte local, ao julgar o habeas corpus impetrado pelo

paciente, assim se manifestou (fls. 15-22, destaquei):

Assim, no que concerne aos requisitos da prisão preventiva, observo que foram devidamente apontados pela autoridade impetrada no ato judicial pelo qual se converteu o flagrante em preventiva, bem como na decisão que a manteve, restando, pois, respeitado o disposto no art. 312, do Código de Processo Penal.

No que se refere ao *fumus commissi delicti*, enquanto provável ocorrência de um delito e pressuposto de qualquer medida cautelar coercitiva no processo penal, a **autoridade dita coatora apontou a existência de indícios de autoria e a prova de materialidade delitivas, com alicerce nas provas colhidas durante o inquérito policial.**

[...]

Acerca do *periculum libertatis*, enquanto perigo decorrente do estado de liberdade do paciente, o **Magistrado de primeira instância evidenciou a necessidade da medida constritiva para a garantia da ordem pública, em face da periculosidade demonstrada através dos antecedentes do acusado, eis que "se trata de indivíduo contumaz na prática de crimes considerado graves, conforme consulta de registros policiais", ressaltando, no *decisum* que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, que "a certidão carcerária juntada aos autos às fls. 19 evidencia a nocividade que o acusado representa ao meio social, pois o mesmo já responde a diversos processos criminais, inclusive ostentando condenações com pena remanescente de aproximadamente 30 anos de reclusão, em regime fechado."**

Colhe-se ainda da consulta integrada disponibilizada pela polícia judiciária à fl. 48 dos autos principais, **que o requerente já foi preso por diversas vezes, voltando a delinquir sempre que posto em liberdade.**

A reincidência na prática delituosa demonstra que o acusado é um indivíduo que despreza a liberdade de ir e vir, bem como a convivência pacífica em sociedade. Pelo contrário, em liberdade torna-se um iminente perigo para o meio social, propenso a fazer uma nova vítima tão logo surja uma oportunidade.

Diante do exposto, torna-se insuficiente e inviável a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão preventiva, tendo em vista a necessidade de assegurar a ordem pública e acautelar o meio social,

conforme entendimento dos Tribunais Superiores:

[...]

ISSO POSTO, considerando que restam bem delineados, no decreto prisional, **os requisitos previstos no art. 312 do CPP, notadamente quanto à necessidade da medida para a garantia da ordem pública; sendo, nesse diapasão, descabida a substituição da segregação por outras medidas cautelares, ainda que presentes condições pessoais favoráveis, CONHEÇO da presente ordem, para DENEGAR-LHE PROVIMENTO**, agindo assim em consonância com o entendimento ministerial.

A impetrante sustenta (fls. 4-5, grifei):

"que a prisão do acusado foi decretada injustificadamente uma vez que a autoridade coatora deveria ter determinado a citação do acusado no presídio em que este se encontrava recolhido."

Assim, é fácil perceber que atualmente, o ora paciente não se enquadra em nenhuma hipótese draconiana do art. 312 do CPP, sendo plenamente cabível a revogação de sua prisão preventiva.

Com efeito, o decreto preventivo em estudo baseou-se no fundamento legal da garantia da ordem pública.

Por conseguinte, inexistindo essa razão, impõe-se a sua revogação.

Requer, liminarmente, a imediata soltura do paciente (fl. 13, destaquei):

[...]

b) Conceder, através do Ilustríssimo Ministro Relator, a MEDIDA LIMINAR pleiteada, **para que seja expedido o competente alvará de soltura em favor do paciente ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, a fim de restabelecer a liberdade do Paciente;**

d) Conceder, no mérito, a **ORDEM DE HABEAS CORPUS** ao final de seu regular processamento, substituindo a prisão preventiva por uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP em virtude da ausência dos motivos autorizadores para manutenção do decreto preventivo, tudo por ser medida de direito e justiça.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição

sumária, **não identífico** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência com vistas a relaxar a prisão do paciente.

As circunstâncias relatadas pelas instâncias ordinárias, **a um primeiro olhar**, evidenciam a presença de **motivação idônea**, apta a justificar a custódia preventiva **para a garantia da ordem pública**, baseada na análise da gravidade concreta do delito imputado ao acusado.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas e pormenorizadas acerca do andamento do feito.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**